



Município de Constância

Câmara Municipal

Ata n.º 8/2014

Data da Reunião Ordinária – 10 de abril de 2014

Início da Reunião 16.00 horas

Termo da Reunião 19.30 horas

▪ **Membros da Câmara Municipal que compareceram à Reunião:**

Presidente: Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim

Vereadores: António Luís Fernandes Mendes

Daniel Freire da Encarnação Martins

Natércio Francisco Canelhas Candeias

Arsénio de Oliveira Cristóvão

▪ **Responsável pela elaboração da Ata:**

Nome: Ana Silvério

Cargo: Coordenadora Técnica



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 8/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10-04-2014

No uso da competência que me é conferida e dando cumprimento ao estipulado no artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, A ORDEM DO DIA da reunião ordinária da Câmara Municipal, a realizar no dia 10 de abril de 2014, com início pelas 16.00 horas, é a seguinte: -----

1. EXPEDIENTE -----

1.1 - 4.ª Alteração ao Orçamento e 3.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR)

1.2 - Assembleia Distrital de Santarém - Reuniões da Assembleia Distrital -----

2. BALANCETE E PAGAMENTOS -----

2.1 - Balancete -----

2.2 - Pagamentos -----

3. OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS -----

3.1 - Obra de Iniciativa Municipal "Instalações Sanitárias para crianças no Parque de Campismo Municipal de Constância" - Projeto de Execução de Arquitetura e Especialidades

4. SAÚDE E AÇÃO SOCIAL -----

4.1 - Fernando Manuel Pereira Delgado - Contrato de arrendamento -----

5. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES -----

5.1 - Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada - Comemorações do 25 de Abril - 2014 (2.2.18) -----

5.2 - Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento Vertical de Escolas do Concelho de Constância - Cedência do Pavilhão Desportivo (7.2.3.5) -----

5.3 - Sociedade Recreativa Portelense - Pedido de taça ou troféu (7.1.4.2) -----

5.4 - Festa do Concelho 2014 - Receção de Inscrições para Abertura de Tasquinhas e de Quiosques de Venda de Bebidas -----

6. ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS -----

6.1 - Pedido de Alargamento de Horário de Funcionamento - Estabelecimento de Bebidas "Esplanada Bar do Zêzere" - Avenida das Forças Armadas - Constância -----

7. SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES -----

7.1 - Sociedade Recreativa Portelense - Atribuição de Subsídio (7.1.6) -----

8. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----

8.1 - Maria de Lurdes Mendes Leitão Duarte - Valor anormal de Consumo de água -----

8.2 - Parecer Prévio Vinculativo - Contrato de Aquisição de Serviços -----

8.3 - Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia -----

8.4 - Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado (Relatório final) - Emissão de Parecer --

8.5 - Acordo Coletivo de Entidade Pública Empregadora - (ACEEP) -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 8/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10-04-2014

8.6 - Protocolo entre o Município de Constância e o Conselho Português para a Paz e
Cooperação -----

8.7 - Centro Escolar de Montalvo -----

9. PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

10. APROVAÇÃO EM MINUTA -----

11. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

Constância, 10 de abril de 2014

A PRESIDENTE DA CÂMARA,



(Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim)





CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 8/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10-04-2014

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze nesta Vila de Constância, no edifício dos Paços do Município e Sala de Sessões, reuniu a Câmara Municipal de Constância, sob a presidência da Excelentíssima Senhora Presidente, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, achando-se igualmente presentes, os Vereadores Senhores: António Luís Fernandes Mendes, Daniel Freire da Encarnação Martins, Natércio Francisco Canelhas Candeias e Arsénio de Oliveira Cristóvão. -----

Estiveram também presentes na reunião: Ana Silvério, Coordenadora Técnica. -----

Verificando-se quórum, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião, eram dezasseis horas. -----

Aprovação das atas das reuniões anteriores: - Foram presentes as atas das reuniões realizadas nos dias 13.03.2014 e 27.03.2014, cuja leitura foi dispensada, nos termos do número quatro do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de novembro de mil novecentos e sessenta e três, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade, e consideradas conforme as minutas previamente elaboradas.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA

A Senhora Presidente solicitou a introdução de um novo ponto na ordem de trabalhos referente ao Centro Escolar de Montalvo.-----

Foi aceite por unanimidade.-----

Intervenção do Senhor Vereador António Luís Fernandes Mendes do Partido Socialista: “1 – Constatei que falta alguns contactos telefónicos no Boletim Municipal, assim deverá constar os contactos dos seguintes serviços e entidades: Gabinete de Proteção Civil da Câmara Municipal; Hospital de Abrantes; Hospital de Tomar; Hospital de Torres Novas; Rancho Folclórico “Os Camponeses” de Malpique”; Grupo Emoções e o Estabelecimento de Bebidas sediado na Rua da Misericórdia.-----

2 – A Paragem de autocarro que se encontra junto à rotunda, em Constância, tem um vidro partido, dando mau aspeto. Assim, deverá ser substituído.-----

3 – Tive conhecimento que foi formada uma Comissão de Utentes dos Serviços Públicos e que já iniciou as diligências necessárias para a transferência das Finanças para o edifício da antiga escola primária. A Câmara Municipal tem conhecimento?-----

Tive conhecimento que anda a circular um abaixo-assinado da Comissão de Utentes da Saúde. Qual o objetivo? A Câmara tem conhecimento?-----

4 – Os Vereadores do Partido Socialista já receberam a relação da habitação social, no entanto, verificámos que só consta a habitação social de Constância. Não existe habitação social em Montalvo?-----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 8/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10-04-2014

A Senhora Presidente informou o seguinte: “Relativamente às questões colocadas nos pontos 1 e 2 vamos ter em consideração as sugestões.”-----

Ponto 3 – Desconheço a situação colocada referente às Finanças. Vou inteirar-me da situação.”-----

Ponto 4 – Em Montalvo foram realojadas duas famílias em duas habitações pertencentes à Câmara Municipal. A renda foi calculada com base nos rendimentos do agregado familiar”.--

Intervenção do Senhor Vereador Natércio Francisco Canelhas Candeias, do Partido Socialista: “ 1 – Plano de Contingência - Golpes de Calor, temos que ter um pavilhão (espaço amplo) de maior acolhimento, climatizado para este tipo de ocorrência, para dar resposta a essa eventualidade.”-----

2 – À semelhança daquilo que é feito em Constância também na Rua Anes de Oliveira deveria existir sinalização para estacionamento de deficientes junto à farmácia.”-----

3 – A Direção de Estradas já informou quando é que vão proceder à limpeza das bermas das estradas nacionais que atravessam o nosso concelho?-----

4 – Saiu no Jornal de Abrantes uma entrevista com a Senhora Presidente. Questiono: Qual vai ser o investimento para o concelho de Constância na área social? Gostaria de ver algum debate sobre esta matéria”.-----

A Senhora Presidente informou o seguinte: “Ponto 1 - Existe um Plano de Contingência para ondas de calor. Todos os anos, é realizada uma reunião para identificar idosos isolados e doentes crónicos para serem levados para esse espaço caso seja necessário.”-----

Ponto 4 - A Senhora Presidente formulou um convite ao executivo para estar presente na próxima reunião do Conselho Local de Ação Social.”-----

O Senhor Vereador Arsénio de Oliveira Cristóvão da CDU informou o seguinte: “O Plano das Estradas de Portugal prevê que se inicie a limpeza das bermas da EN3 e EN118, no próximo mês de maio, no entanto, estou a pressionar para que se inicie ainda este mês”.-----

A Senhora Presidente apresentou uma proposta de Voto de Pesar ao cidadão Ernesto Varino: “O Executivo da Câmara Municipal de Constância, recebeu consternado a notícia do falecimento no dia 6 de abril, aos 73 anos de idade, de Ernesto da Costa Mendes Varino.”-----

Homem de trato fácil empenhou-se ao longo da vida na defesa dos seus ideais assumindo as seguintes funções autárquicas:-----

16.12.1979 – Membro da Assembleia de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, pela APU;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 8/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10-04-2014

12.12.1982 – Membro da Assembleia de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, pela APU; -----

15.12.1985 – Presidente da Assembleia Municipal, pela APU;-----

17.12.1989 – Presidente da Assembleia Municipal, pela CDU-PCP/PEV; -----

12.12.1993 – Membro da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, pela CDU-PCP/PEV;-----

14.12.1997 – Membro da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada (Secretário), pela CDU-PCP/PEV;-----

16.12.2001 – Eleito Membro da Assembleia Municipal, pela CDU-PCP/PEV.-----

Enquanto Sindicalista participou ativamente na defesa dos interesses dos trabalhadores, assumindo durante anos as funções de dirigente sindical.-----

Ligado desde sempre ao movimento Associativo de Base Popular foi durante anos dirigente no Grupo Cultural e Desportivo Aldeense, tendo contribuído para o desenvolvimento cultural, desportivo e recreativo da Freguesia de Santa Margarida da Coutada.-----

A Câmara Municipal de Constância reunida em 10 de abril de 2014, aprova um voto de pesar pelo seu falecimento, e expressa junto da sua família as mais sentidas condolências”.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar o Voto de Pesar.-----

Em seguida, passou-se à discussão e análise dos assuntos incluídos na Ordem de Trabalhos, cuja cópia fica a fazer parte integrante da presente ata, tendo sido tomadas as seguintes deliberações: -----

ORDEM DO DIA

1. EXPEDIENTE

1.1 - 4.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E 3.ª ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR): Foi presente 4.ª Alteração ao Orçamento e 3.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) do ano 2014. -----

1.2 - ASSEMBLEIA DISTRITAL DE SANTARÉM - REUNIÕES DA ASSEMBLEIA DISTRITAL: Foi presente, documentos referentes à reunião da Assembleia Distrital de Santarém, realizada no dia 31/03/2014. -----

2. BALANCETE E PAGAMENTOS

2.1 – BALANCETE: A Câmara tomou conhecimento dos saldos existentes de harmonia com o Resumo Diário de Tesouraria referente ao dia 09 de abril de 2014, o qual apresenta os seguintes saldos em euros: -----

Em Cofre: € 3.406,99 (três mil quatrocentos e seis euros e noventa e nove centimos);

Instituições de Crédito: € 444.965,59 (quatrocentos e quarenta e quatro mil novecentos e



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 8/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10-04-2014

sessenta e cinco euros e cinquenta e nove centimos); **Aplicações de Tesouraria: € 4.533,50** (quatro mil quinhentos e trinta e três euros e cinquenta centimos); **Soma: € 453.736,08** (quatrocentos e cinquenta e três mil setecentos e trinta e seis euros e oito centimos); **Em Documentos: € 17.448,49** (dezassete mil quatrocentos e quarenta e oito euros e quarenta e nove centimos); **TOTAL: € 471.184,57** (quatrocentos e setenta e um mil cento e oitenta e quatro euros e cinquenta e sete centimos); **Discriminação do Saldo em Dinheiro: - Receitas Próprias: € 324.205,60** (trezentos e vinte e quatro mil duzentos e cinco euros e sessenta centimos); - **Operações de Tesouraria: € 129.530,48** (cento e vinte e nove mil quinhentos e trinta euros e quarenta e oito centimos). -----

2.2 – PAGAMENTOS -----

Dando cumprimento ao preceituado no n.º 3, do art.º 65 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações posteriormente introduzidas, foi presente a relação de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período 24/03/2014 a 04/04/2014, na importância global de € 52.106,10 (cinquenta e dois mil cento e seis euros e dez centimos). -----

-----3. OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS-----

3.1 - OBRA DE INICIATIVA MUNICIPAL "INSTALAÇÕES SANITÁRIAS PARA CRIANÇAS NO PARQUE DE CAMPISMO MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA" - PROJETO DE EXECUÇÃO DE ARQUITETURA E ESPECIALIDADES -----

LOCALIZAÇÃO: PARQUE DE CAMPISMO MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA -----

INFORMAÇÃO DMST: "INTRODUÇÃO -----

Na sequência do auto de vistoria efetuado em 14 de março de 2011 e aprovado em reunião de Câmara de 28 de abril do mesmo ano, eram referidos vários procedimentos e obras necessários, por forma a dar cumprimento aos requisitos exigidos para obter a classificação de parque de campismo e caravanismo, garantindo as exigências regulamentares em vigor, com vista a concluir o processo de reconversão da classificação do parque de campismo em apreço, de acordo com a legislação atual. -----

Apresentam-se para aprovação os projetos de execução de arquitetura e demais especialidades elaborados pelos técnicos afetos a esta Divisão Municipal que se encontram em anexo. -----

Os Projetos, encontram-se instruídos com os elementos aplicáveis às obras em causa, e as peças escritas e desenhadas respondem genericamente ao solicitado, tendo sido consultadas duas entidades exteriores ao município, a saber a CCDRLVT, por o local estar abrangido pela REN, bem como o parecer da APA, por se tratar de uma obra implantada em domínio



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 8/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10-04-2014

hídrico (leito de cheia), tendo sido emitida a Autorização de utilização dos Recursos Hídricos n.º A004456.2014.RH5, conforme cópia que se anexa emitida por aquela entidade.

PROJECTOS DAS ESPECIALIDADES -----

Os projetos das especialidades entregues e igualmente elaborados pelos diferentes técnicos afetos a esta divisão municipal são a estabilidade e betão armado e as redes de abastecimento de água e de drenagem de esgotos domésticos e pluviais. -----

O projeto supracitado, atendendo à dimensão e tipologia da obra em causa, contempla todas as peças escritas e desenhadas, designadamente memórias descritivas e justificativas, plantas de localização, levantamento topográfico, planta de implantação, plantas, alçados, cortes e pormenor de assentamento de conduta elevatória, identificando os materiais e acabamentos necessários para a conveniente compreensão dos trabalhos em obra, incluindo mapa de medições e orçamento, com um investimento total para efeitos de concurso de 21.662,13 €, mais IVA à taxa legalmente em vigor, pelo que se encontra em condições de ser aprovado. --

CONSIDERAÇÕES FINAIS -----

Atendendo ao que foi exposto, coloca-se assim à consideração do executivo camarário, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação da republicação anexa ao Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, com a alteração introduzida pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro a hipótese de aprovação do Projeto de Execução de Arquitetura e demais Especialidades, com vista a posteriormente se proceder ao lançamento do procedimento de empreitada de obra pública, nos termos do Código de Contratos Públicos. -----

O projeto supracitado, atendendo à dimensão e tipologia da obra em causa, contempla todas as peças escritas e desenhadas, designadamente memórias descritivas e justificativas, plantas de localização, levantamento topográfico, planta de implantação, plantas, cortes, alçados, mapa de acabamentos, pormenores construtivos, identificando os materiais e acabamentos necessários para a conveniente compreensão dos trabalhos em obra, incluindo mapa de medições e orçamento, com um investimento total para efeitos de concurso de 21.662,13 €, mais IVA à taxa legalmente em vigor, pelo que se encontra em condições de ser aprovado.

Assim, que o projeto se encontre aprovado, será efetuado pelos mesmos serviços o programa do procedimento de empreitada de obra pública, com vista à sua abertura, que em conformidade com a alínea a) do n.º1 do artigo 40.º, será necessário para a formação do contrato, o convite à apresentação das propostas, o “ Caderno de Encargos “ e o Plano de Segurança e Saúde, prevendo-se um prazo máximo de execução **60 dias** e o valor base para



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 8/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10-04-2014

efeitos de concurso, definido pelo orçamento de projeto atrás referido, de 21.662,13 € + IVA à taxa legalmente em vigor.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de Execução de Arquitetura e Especialidades das Instalações “Sanitárias para crianças no Parque de Campismo Municipal de Constância” -----

-----4. SAÚDE E AÇÃO SOCIAL-----

4.1 - FERNANDO MANUEL PEREIRA DELGADO - CONTRATO DE ARRENDAMENTO -----

INFORMAÇÃO: “No passado dia 27 fevereiro foi levada a cabo uma operação de limpeza na habitação municipal sita na Praça Alexandre Herculano, n.º 5 – 1.º andar, da qual é arrendatário o munícipe Fernando Delgado. No decorrer desta iniciativa verificou-se que são necessárias algumas intervenções de reabilitação uma vez que após vários anos de utilização são visíveis algumas patologias nomeadamente ao nível da cozinha, instalação sanitária e alguns vãos. Em sequência desta necessidade foi efetuada reunião com Fernando Delgado e a sua filha, Ana Rita Delgado (com quem se encontra atualmente a residir), no sentido de se informar sobre as obras a realizar. Nesta reunião o munícipe revelou que não se sente confortável a viver naquela habitação desde o falecimento da sua esposa, Lurdes Delgado, alegando que a casa o faz lembrar dela pelo que, lhe foi sugerida a transferência para uma outra habitação municipal situada na Rua do Arco, o que foi prontamente aceite. -----

Sublinha-se que esta transferência será benéfica não apenas para o munícipe mas também para a autarquia que poderá ocupar de forma mais correta a habitação uma vez que esta se adequa a um agregado com mais elementos. -----

Assim, sugere-se que, assim que possível, seja realizada a transferência para a habitação sita na Rua do Arco n.º 6 e que seja alterado (ou aditado) o contrato de arrendamento existente a nível do objeto e do valor da renda, mantendo-se contudo, o restante clausulado. -----

Uma vez que até ser concretizada a transferência Fernando Delgado residirá em casa da filha, sugere-se também que seja suspenso o pagamento das rendas relativas ao contrato existente.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos da informação prestada. -----

-----5. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES-----

5.1 - JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA MARGARIDA DA COUTADA: Ofício n.º 035/014, datado de 26 de março de 2014, solicitando a cedência das instalações do Centro Escolar de Santa Margarida da Coutada, a fim de levar a efeito as Comemorações do 25 de Abril. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 8/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10-04-2014

INFORMAÇÃO DO VEREADOR ARSÉNIO CRISTÓVÃO: “ Após análise do pedido de cedência de instalações do CESM formulado pela Junta de Freguesia de Santa Margarida, no âmbito das Comemorações do 25 de Abril de 2014, propõe-se que a deliberação seja no sentido de ceder as mesmas, de acordo com o parecer emitido pelo Agrupamento de Escolas de Constância, bem como o empréstimo de mesas e cadeiras/bancos para apoio à sala de jantar.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, ceder as instalações do Centro Escolar de Santa Margarida da Coutada. -----

5.2 - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARGADOS DE EDUCAÇÃO DO AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DO CONCELHO DE CONSTÂNCIA:

Carta datada de 10 de março de 2014, solicitando a cedência do Pavilhão Desportivo Municipal, para o dia 1 de junho de 2014, a fim de levar a efeito as comemorações do Dia Mundial da Criança. -----

INFORMAÇÃO DO VEREADOR ARSÉNIO CRISTÓVÃO: “ A Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento Vertical de Escolas do Concelho de Constância pretende comemorar o Dia Mundial da Criança a ter lugar no dia 1 de junho de 2014, solicitando assim, a cedência do Pavilhão Desportivo Municipal. -----

Pelo facto de se tratar de um domingo, a cedência do Pavilhão acarreta custos ao município no pagamento de horas extraordinárias ao funcionário de apoio, considerando no entanto, que face à importância que o evento tem para a comunidade, é de se conceder.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, ceder o Pavilhão Desportivo Municipal, com isenção de taxas de utilização. -----

5.3 - SOCIEDADE RECREATIVA PORTELENSE: Ofício n.º 14/14, de 21 de março de 2014, solicitando a atribuição de uma taça ou troféu, para ser oferecido aos participantes do Convívio de Pesca no Açude de Santa Margarida, no dia 18 de maio de 2014. -----

INFORMAÇÃO: “Solicita a Sociedade Recreativa Portelense a oferta de uma Taça, Troféu ou outro, para atribuição aos concorrentes participantes no Convívio de Pesca que aquela Coletividade vai realizar no Açude de Santa Margarida no dia 18 do próximo mês de maio.

Assim, e em conformidade com o disposto no *Regulamento de Atribuição de Apoios Financeiros e Não Financeiros do Município de Constância* (apoios não financeiros), nomeadamente o disposto no nº 1 do artigo 4º, considera-se que estão reunidas as condições para o efetivo apoio por parte da Câmara Municipal. -----

Mais se sugere que o prémio a ofertar seja um troféu alusivo à própria modalidade e não uma taça.” -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 8/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10-04-2014

A Câmara deliberou, por unanimidade, ofertar um troféu. -----

5.4 - FESTA DO CONCELHO 2014 - RECEÇÃO DE INSCRIÇÕES PARA ABERTURA DE TASQUINHAS E DE QUIOSQUES DE VENDA DE BEBIDAS -----

INFORMAÇÃO: “Terminado o respetivo período, deram entrada as seguintes inscrições para abertura de tasquinhas e de quiosques de venda de bebidas nas Festas do Concelho:

1. TASQUINHAS: -----

1.1 COLETIVIDADES SOLICITANDO ESPAÇO DA AUTARQUIA: -----

- Associação Filarmónica Montalvense 24 de Janeiro -----
- Casa do Povo de Montalvo -----
- JICA – Juventude Inovadora com Atitude -----
- Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 707 de Santa Margarida -----
- Associação Cultural e Desportiva Aldeense -----
- Rancho Folclórico “Os Camponeses” de Malpique -----

1.2 ENTIDADES COM ESPAÇO PRÓPRIO: -----

- Paixão do Tejo, Padaria e Pastelaria – Local da Tasquinha: Praça Alexandre Herculano (antiga padaria) -----
- Pézinhos no Rio – Local da Tasquinha: Rua dos Ferreiros (por detrás da Casa das Cores). -----

Nota: não se trata de uma tasquinha tradicional; pretendem efetuar um serviço de cafetaria.

Neste sentido, realizou-se uma reunião no dia 24 de março, no Salão Nobre do Município, em que estiveram presentes, para além dos Senhores Vereadores Arsénio Cristóvão e Daniel Martins, e de mim próprio, Carlos Amorim, as seguintes 6 das 7 entidades que irão abrir tasquinhas: -----

- Associação Filarmónica Montalvense 24 de Janeiro -----
- Casa do Povo de Montalvo -----
- JICA – Juventude Inovadora com Atitude -----
- Associação Cultural e Desportiva Aldeense -----
- Rancho Folclórico “Os Camponeses” de Malpique -----
- Paixão do Tejo – Padaria e Pastelaria, Lda. -----

Não esteve representado o Agrupamento de Escuteiros 707, embora os Senhores Vereadores se tenham comprometido a fazer chegar todas as conclusões da reunião aos responsáveis.

Face à especificidade do serviço que os Pézinhos no Rio pretendem efetuar (serviço de cafetaria), e por não se tratar de uma tasquinha tradicional, não foi o mesmo convidado para a presente reunião. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 8/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10-04-2014

1 - A reunião iniciou com enquadramento por parte do senhor Vereador Arsénio Cristóvão sobre a disposição das Festas, focalizado no centro da vila. Foram efetuadas as explicações necessárias e solicitadas durante a apresentação. -----

2 - Foi pedido aos presentes que se pronunciassem quanto à atribuição dos espaços disponibilizados pela autarquia para abertura das tasquinhas (planta em anexo), tendo sido acordado a definição através de Sorteio. Nenhuma das entidades se opôs ao método, incluindo o espaço no parque de merendas (ao qual foi atribuído o nº 6 para efeito de sorteio). -----

3 - Procedeu-se ao Sorteio, tendo sido atribuídos os seguintes locais por entidade: -----

A) Tasquinha 1 - Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento de Escuteiros 707 -----

B) Tasquinha 2 - Casa do Povo de Montalvo -----

C) Tasquinha 3 - Associação Cultural e Desportiva Aldeense -----

D) Tasquinha 4 - Associação Filarmónica Montalvense 24 de Janeiro -----

E) Tasquinha 5 - Rancho Folclórico "Os Camponeses" de Malpique -----

F) Tasquinha 6 - JICA - Juventude Inovadora com Atitude -----

4 - A Câmara Municipal manifestou o desejo de ter os preços de algumas bebidas definidos e transversais para todos os espaços de venda no recinto. Nesse sentido, e em conjunto, foram definidos os seguintes valores: -----

a) Cerveja, sumos a copo e refrigerantes - 0,90€ -----

b) Bebidas em Lata - 1€ -----

Foi referido por parte de alguns representantes das tasquinhas que por vezes há incumprimento de alguns a este respeito, assumindo a Câmara Municipal que irá ter isso em conta na atribuição de espaços no próximo ano, não obstante o fato de acreditar que as entidades que gerem as Tasquinhas e Quiosques têm em conta a importância deste momento para o concelho, e agirão em conformidade, respeitando sempre o que é acordado entre Todos. -----

Estes Valores serão definidos para os Quiosques também, como valor mínimo de venda.

5 - Todas as tasquinhas assumiram o compromisso de ter nas suas ementas receitas regionais, preferencialmente ligadas ao peixe do Rio. -----

6 - A Câmara Municipal comprometeu-se a analisar a possibilidade de desenvolver suportes para apresentação de MENU, no sentido de uniformizar todas as tasquinhas, dando uma imagem *standard*. -----

7 - Foi solicitado pelos presentes a CMC avaliar a possibilidade de solicitar valores de seguro de responsabilidade civil para as tasquinhas, atendendo a que individualmente é um



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 8/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10-04-2014

custo muito elevado. O senhor Vereador Daniel Martins informou ir averiguar essa possibilidade, bem como analisar os seguros e as coberturas já contratualizadas nestes eventos. Em face dos contactos desenvolvidos posteriormente pela Câmara Municipal, e havendo a possibilidade de efetivamente se poder celebrar um seguro de responsabilidade civil conjunto, com um encargo financeiro de baixo custo e com a vantagem de agilizar processos e de evitar mais uma despesa às Coletividades, entendeu-se efetuar-se esse procedimento, dando conta do mesmo às entidades inscritas. É excluído deste seguro conjunto a tasquinha Paixão do Tejo – Padaria e Pastelaria, Lda., a qual deverá efetuar um seguro próprio. -----

8 – No final da reunião o senhor Vereador Daniel Martins fez uma breve apresentação da oferta cultural das Festas, nomeadamente a Animação Musical, Animação de Rua, Desportiva, exposições e outras ações que irão decorrer durante o evento. -----

9 – Como nota final, as tasquinhas foram informadas que este ano os artesãos não irão ter direito às refeições, tendo sido solicitado que nos enviem a possibilidade de MENU específico para estes artesãos, com o preço que entenderem adequado. A Câmara Municipal, o que fará com essa informação, é facultar aos artesãos a título meramente informativo, não tendo qualquer juízo ou opinião. -----

2. QUIOSQUES DE VENDA DE BEBIDAS: -----

2.1 ENTIDADES QUE INDICARAM PRETENDER FICAR NA PRAÇA ALEXANDRE HERCULANO: -----

- Café Vanda -----
- O Café da Praça -----
- Loja de Artesanato da Praça Alexandre Herculano -----
- Clube Estrela Verde -----
- União Jazz Malpiguense -----

2.2 ENTIDADES QUE INDICARAM PRETENDER FICAR NA AVENIDA DAS FORÇAS ARMADAS (NO ESPAÇO INDICADO PELA AUTARQUIA): -----

- Vila Poema, Lda. (Casa João Chagas) -----

2.3 ENTIDADES QUE NÃO INDICARAM LOCAL (DEIXANDO AO CRITÉRIO DA AUTARQUIA O MESMO): -----

- M.J. Bar -----

Existindo na Praça Alexandre Herculano apenas quatro espaços disponíveis para a instalação dos quiosques, e uma vez que havia cinco pedidos para aquele local, a Câmara Municipal decidiu que, para além dos três estabelecimentos ali sediados (Café Vanda, O Café da Praça



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 8/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10-04-2014

e Loja de Artesanato, aos quais foi dada prioridade em função do n.º 15 das *Normas de Participação e Funcionamento das Tasquinhas e Quiosques de Venda de Bebidas* aprovadas), ficasse igualmente ali instalado o Clube Estrela Verde, por uma questão de logística face à proximidade da sua sede social, passando a União Jazz Malpiguense para a Avenida das Forças Armadas. -----

Neste sentido, foram distribuídas as entidades inscritas da seguinte forma: -----

Praça Alexandre Herculano: -----

- Café Vanda -----

- O Café da Praça -----

- Loja de Artesanato da Praça Alexandre Herculano -----

- Clube Estrela Verde -----

Avenida das Forças Armadas: -----

- Vila Poema, Lda. (Casa João Chagas) -----

- M.J. Bar -----

- União Jazz Malpiguense -----

Conforme as *Normas de Participação e Funcionamento das Tasquinhas e Quiosques de Venda de Bebidas*, e não sendo permitida a instalação na Praça Alexandre Herculano dos quiosques tradicionalmente cedidos pelas empresas fornecedoras de bebidas, a Câmara Municipal entendeu fornecer o *stand* para que os participantes possam instalar os respetivos quiosques, situando-se os mesmos debaixo do telheiro da Praça. A Câmara Municipal assegurará ainda o fornecimento de energia elétrica para todos os quiosques (da Praça e da Avenida).” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos na informação e incluir um quiosque de venda de bebidas da Associação “Clube Vikings LVSITANVS”. -----

-----6. ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS-----

6.1 - PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO - ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS "ESPLANADA BAR DO ZÊZERE" - AVENIDA DAS FORÇAS ARMADAS – CONSTÂNCIA -----

INFORMAÇÃO: “Na prossecução do ofício registado em 23-01-2014, sob o n.º 615, em que é solicitado o alargamento do horário de funcionamento do estabelecimento em epígrafe, e dando cumprimento ao disposto no n.º 4 do artigo 2.º do REGULAMENTO DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS em vigor neste Concelho, foi consultado o Posto Territorial de Constância da Guarda Nacional Republicana, que informou que em virtude de não existir riscos para a segurança pública e



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 8/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10-04-2014

para a manutenção da qualidade de vida dos cidadãos nada tem a opor à emissão de mapa de horário de funcionamento com encerramento às 02H00 às sextas-feiras e sábado no período compreendido entre Outubro a Abril, (ofício n.º 381/14 de 17-02-2014) e a Junta de Freguesia de Constância, que através do ofício n.º 45/2014, de 17-03-2014, emitiu parecer positivo, desde que sejam respeitados os limites fixados por lei para o ruído, não vendo qualquer risco para a segurança pública. -----

Assim sendo, solicitam estes Serviços a emissão de decisão final, para encaminhamento do assunto pendente.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos da referida informação. -----

-----7. SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES-----

7.1 - SOCIEDADE RECREATIVA PORTELENSE: Ofício n.º 49-13, datado de 19 de dezembro de 2013, solicitando uma comparticipação, para fazer face às despesas efetuadas com melhoramentos em equipamentos e na Sede, durante o ano de 2013. -----

INFORMAÇÃO DA DMST: “Relativamente ao pedido formulado pela Associação designada em epígrafe, foi solicitado pelo Assistente Técnico Carlos Amorim, conforme informações que se anexam, e na sequência de despacho da Exma. Sr.ª Presidente da Câmara e do Sr.º Vereador Daniel que fosse efetuada informação técnica a fundamentar a eventual comparticipação financeira de um documento de despesa que corresponde a 225 €. -----

De acordo com deslocação ao local, informo que o documento de despesa em causa, se trata de um vão em alumínio lacado branco, com grelhas de ventilação na cor verde garrafa, no piso da cave, para acesso à área de arrecadação que existe no espaço sob as escadas de acesso ao piso superior. O valor de 225,00 € incluindo IVA, considera-se correto e de acordo com os preços praticados para um vão com estas características e dimensões, cerca de 0,90 de largura mais um elemento fixo. -----

Assim, a despesa apresentada reporta-se principalmente a obras de conservação e manutenção, que se enquadram na alínea b) do n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento de Atribuição de Apoios Financeiros e Não Financeiros do Município de Constância, aprovado pela Assembleia Municipal em reunião de 30/09/2011. -----

Em função do disposto, consideram-se que estão reunidas as condições para deferir o pedido formulado, sendo da competência da Câmara Municipal a sua atribuição, nos termos do artigo 8 do referido regulamento, desde que a entidade em apreço cumpra os requisitos estabelecidos no artigo 4.º do regulamento.” -----

INFORMAÇÃO DO VEREADOR DANIEL MARTINS: “No âmbito do pedido efetuado pela Sociedade Recreativa Portelense no sentido da Câmara Municipal atribuir uma



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 8/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10-04-2014

comparticipação para fazer face a um conjunto de despesas efetuadas por aquela coletividade em melhoramentos da sua sede, assim como na aquisição de diversos bens, de acordo com as informações recebidas do Serviço de Animação Cultural e da Divisão Municipal de Serviços Técnicos, e após despacho da Senhora presidente da Câmara, cumpre-me informar: -----

Atendendo à especificidade da Sociedade Recreativa Portelense e ao papel social que a mesma representa para a localidade onde está inserida, para além das próprias dinâmicas no âmbito do associativismo concelhio, proponho, face ao grau e à necessidade dos investimentos realizados, que sejam comparticipadas em 25% as seguintes despesas: -----

- Equipamento contra incêndios: 144,60 € -----

- Compra de equipamento de faturação para o bar: 1.906,50 € -----

- Compra de uma porta em alumínio: 225,00 €.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a comparticipação de 25% da despesa € 2.276,10. Sendo o valor da comparticipação de € 569,03 €. -----

-----8. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE-----

8.1 - MARIA DE LURDES MENDES LEITÃO DUARTE - VALOR ANORMAL DE CONSUMO DE ÁGUA -----

INFORMAÇÃO DO VEREADOR ARSÉNIO CRISTÓVÃO: “No seguimento da reclamação verbal apoiada nas cópias dos recibos de Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro de 2013, apresentada pela munícipe Sr.ª Maria de Lurdes Mendes Leitão Duarte, moradora na Estrada Nacional 3, n.º 12 em Constância, relativamente ao valor elevado de água registado no mês de Dezembro de 2013, a Câmara Municipal de Constância através dos serviços técnicos respetivos procedeu ao ensaio possível do contador não tendo verificado qualquer anomalia. -----

Para que a autarquia pudesse de facto e com rigor assumir que o contador está avariado, teria que fazer voltar à leitura onde esse possível erro aconteceu, o que se torna impossível pelo facto do aparelho em causa não o permitir. -----

Considera a autarquia que ao consultar o histórico do consumo de água, constata que o valor registado no mês de Dezembro de 2013 é anormal, que algo se passou no contador quando houve a passagem do número das centenas, e que no entender dos técnicos, não só da autarquia, mas também de empresas privadas, porventura o número das dezenas foi arrastado, razão pelo qual, a leitura aparece em nosso entender com 100 metros cúbicos a mais. -----

Face ao exposto, e atendendo que na inspeção visual feita ao local não são visíveis indícios de ter havido rutura, e que em Março de 2014 o consumo registado no contador é de um



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 8/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10-04-2014

metro cúbico de água, propõe-se que seja debitado ao munícipe o valor correspondente a 10 metros cúbicos de água, bem como as respetivas taxas, sendo-lhe ressarcindo a diferença do valor pago e a pagar.” -----

INFORMAÇÃO DO ENG.º SÉRGIO CORREIA: “Tendo a munícipe Maria de Lurdes Mendes Leitão Duarte, moradora na Estrada Nacional 3, n.º 12 em Constância, reclamado acerca da leitura do contador relativa ao mês de Dezembro de 2013, onde se registou o consumo de 110 m3 de água, procedeu-se à análise dos factos conhecidos: -----

1.º - O consumo médio por habitação por mês na Vila de Constância é de 11,17 m3; -----

2.º - O consumo médio da habitação em causa, com dados de consumo de Junho de 2013 a Setembro de 2013 é de 7,25m3/mês (período de Verão, em que o consumo geralmente é superior devido a regas exteriores); -----

3.º - A habitação em causa, não é habitação permanente, sendo utilizada geralmente ao fim de semana; -----

4.º - O consumo em causa diz respeito ao mês de Outubro de 2013, mês chuvoso em que não é expectável o uso de água para regas exteriores; -----

Posto isto, o consumo registado em Outubro de 2013, patente na fatura de Dezembro de 2013, é anormalmente alto face ao historial de consumo do local e comparativamente aos valores estatísticos para a Vila de Constância. -----

Parece ao signatário que 4 hipóteses se podem colocar para justificar esta leitura: -----

1.ª – O consumo de 110 m3 foi de facto efetuado. Porém, mesmo que a habitação tenha sido usada durante todo o mês de Outubro, esse consumo corresponderia a um consumo médio de aproximadamente 3.548 litros/dia, quando a média em Constância é de 360 litros/dia, quase 10 vezes menos e do historial de consumo da habitação, no período referido, ser de 233 litros/dia, 15 vezes menos. -----

2.ª – Existiu uma rotura a jusante do contador. Porém não são visíveis estragos provocados por tal facto, nem houve registo de qualquer trabalho de reparação, o que no local em causa teria sido evidente, para além do facto de que esse volume de água, superior à capacidade do reservatório de água de Constância, seria facilmente detetado na via pública. -----

3.ª Erro de leitura do leitor/cobrador, hipótese já descartada pela verificação das leituras. -----

4.ª Avaria do contador, que neste caso pode ocorrer de 2 formas: -----

O contador não está calibrado. Hipótese descartada pela aferição do mesmo já efetuada pelos serviços. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 8/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10-04-2014

O contador, por uma questão mecânica, ao mudar um algarismo, por arrasto, mudou também o seguinte, neste caso ao mudar o algarismo das dezenas arrastou o algarismo das centenas também, pelo que a contagem de 10m3 passou a ser de 110m3. -----

Perante tudo o exposto, parece ao signatário que a hipótese mais plausível será a ultima analisada, devendo salvo melhor opinião ser mudado o contador, por forma a evitar a repetição da ocorrência e considerada a leitura de 10m3 e não de 110m3 para o consumo relativo ao mês de Outubro de 2013.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos da informação. -----

8.2 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS -----

INFORMAÇÃO: “A Lei de Orçamento do Estado para 2014, aprovada pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, a exemplo dos anos anteriores, define um conjunto de medidas tendentes a reduzir a despesa pública, designadamente no domínio da aquisição de serviços.

De acordo com o disposto no n.º 4 do seu artigo 73.º, carece de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, independentemente da natureza da contraparte. -----

Porém, não estão sujeitos àquela formalidade, nos termos previstos no n.º 7: -----

- a) A celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços essenciais, previstos no n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 23/96, de 26.7, com alterações que entretanto lhe foram introduzidas; -----
- b) A celebração ou a renovação de contratos mistos cujo tipo contratual preponderante não seja o da aquisição de serviços ou em que o serviço assuma um carater acessório da disponibilidade de um bem; -----
- c) A celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços ao abrigo de um acordo quadro; -----
- d) A celebração ou a renovação, de contratos de aquisição de serviços in house; -----
- e) E a renovação de contratos de aquisição de serviços que tenham sido precedidos de concurso público em que o critério de adjudicação tenha sido o do mais baixo preço. -----

Nas autarquias locais o parecer prévio é da competência do órgão executivo, estando a emissão condicionada, de acordo com o previsto no n.º 11 do artigo 73º do OE 2013, à verificação dos seguintes requisitos: -----

1. No caso de contratos de tarefa e de avença, a prestação ter por objeto trabalho não subordinado para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 8/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10-04-2014

relação jurídica de emprego público e Inexistir pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções - alínea a) do n.º 5 do artigo 73.º do OE 2014, e n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27.2, aplicável por força do n.º 11 do primeiro dos artigos citados e do artigo 6º do DL n.º 209/99, de 3.9, alterado pelas Leis n.º 3-B/2010, de 28.4, e 66/2012, de 31 de dezembro. -----

2. Confirmação da existência de declaração de cabimento - alínea b) do n.º 5 do artigo 73.º do OE 2014; -----

3. Verificação do cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 73.º do OE 2014, isto é, demonstrar que foi garantida a redução remuneratória a que alude o artigo 23º do mesmo diploma nos contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2013 – números 1 e 5, alínea c), do artigo 73.º do OE 2014; -----

4. Autorização para a assunção de encargos plurianuais – número 15 do artigo 75.º do OE 2013. -----

Não obstante a parte final da norma constante do n.º 11 do citado artigo 73.º consignar que nas autarquias os termos e tramitação do parecer são regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6º do DL n.º 209/2009, de 3 de Setembro, a verdade é que tal diploma não foi, até à data, publicado. -----

Mesmo assim, atendendo às consequências que a sua falta acarreta, por razões de segurança jurídica, manda o princípio da prudência que a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços deve ser precedida de parecer favorável da Câmara Municipal, aplicando-se para o efeito, com as necessárias adaptações, os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo previsto nas normas jurídicas até aqui aplicáveis à administração central. -----

Com efeito, -----

a) Porque as necessidades dos serviços imperiosamente o exigem; -----

b) E porque estão reunidos os requisitos exigidos no n.º 5 do artigo 73.º do OE 2014, como se demonstra no formulário que se anexa à presente proposta, e que dela faz parte integrante, -----

Propõe-se que a Câmara, ao abrigo do disposto no n.º 11 do artigo 73.º do OE 2014 e, por analogia, nas normas jurídicas até aqui aplicáveis à administração central, delibere emitir parecer prévio vinculativo favorável à contratação/renovação do contrato de aquisição de serviços caracterizado nos formulários em anexo, nos termos e condições aí previstos.” -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 8/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10-04-2014

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a contratação/renovação de contrato de aquisição de serviços. -----

8.3 - ACORDOS DE EXECUÇÃO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA -----

INFORMAÇÃO: “De acordo com o determinado na Lei n.º setenta e cinco de dois mil e treze de doze de setembro procedeu-se à análise dos anteriores protocolos estabelecidos com as Juntas de Freguesia do Concelho de Constância, por forma a dar cumprimento à legislação em vigor, assim: -----

1 – Em 25 de março do corrente ano, realizou-se a primeira reunião, tendo ficado definido, em linhas gerais, as competências e os recursos a delegar nas Juntas de Freguesia, conforme ata em anexo; -----

2 – Em sete de abril do corrente ano, realizou-se a segunda reunião sobre o assunto, estabelecendo-se que a figura do “Acordo de Execução” se adequava à realidade das competências a delegar nas juntas de freguesia, tendo em conta a experiência do trabalho desempenhado anteriormente; -----

3 – Nessa mesma reunião, foram apresentadas as cláusulas pelas quais se rege a proposta de Acordo de Execução, que se propõe que venha a ser apresentada para eventual aprovação pela Câmara Municipal e, submetida, posteriormente, à Assembleia Municipal.” -----

A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Vereador António Luís Mendes do Partido Socialista, e um voto contra do Vereador Natércio Candeias, do Partido Socialista, aprovar os Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia e submeter à aprovação da Assembleia Municipal. -----

O Senhor Vereador Natércio Francisco Canelhas Candeias apresentou declaração de voto: “Voto contra o facto da ausência de esclarecimento sobre qual o critério de atribuição relativo ao valor das verbas monetárias a atribuir a cada uma das Juntas de Freguesia por parte da Câmara Municipal de Constância”.-----

8.4 - INFRAESTRUTURAS DE ELEVADO VALOR ACRESCENTADO (RELATÓRIO FINAL) - EMISSÃO DE PARECER -----

PARECER: “ 1) Por despacho do Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, constituiu-se o Grupo de Trabalho para as Infraestruturas de Elevado Valor acrescentado, com o objetivo e definir um conjunto prioritário de projetos e recomendações que, nos próximos sete anos, contribuíssem para potenciar a competitividade da economia nacional e do tecido empresarial. -----

2) Foi, agora, tornado público o relatório final, que poderá ser consultado em <http://www.ieva.pt/media/docs/estudo.pdf> -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 8/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10-04-2014

3) No que ao conselho de Constância diz respeito refere, unicamente o Setor Rodoviário proponho a abertura da ponte de Constância / Praia do Ribatejo a veículos pesados: -----

“Priorização de projetos e investimentos” IV – Setor Rodoviário -----

Descrição – Este projeto refere-se à ponte metálica da Praia do Ribatejo sobre o Rio Tejo. ---
Esta ponte foi objeto de um protocolo celebrado entre a EP, a REFER e os municípios de Vila Nova da Barquinha e de Constância. O mesmo teve como objetivo reabilitar e reforçar a estrutura da obra de arte de forma a permitir a circulação ao trânsito automóvel ligeiro, já que a atual estrutura não suporta o trânsito pesado. -----

A travessia do Tejo pelos veículos pesados na região do Médio Tejo deverá ser equacionada em conjunto com a melhoria das acessibilidades na zona da Chamusca – Ecoparque do Relvão -, que por sua vez estão associados ao corredor do IC3 com uma nova ponte. -----

Extensão: n/a -----

Tráfego estimado: 4.300 veíc / dia -----

Investimento necessário: Não aplicável, já que o desenvolvimento do IC3 já está considerado noutro projeto analisado no GTIEVA (Acessibilidades ao Eco Parque do Relvão, inc. ponte Chamusca) -----

Conclusão: após 2016 e antes fim QCA -----

Medidas de Otimização – A travessia do Tejo por veículos pesados na região do Médio Tejo apresenta um potencial elevado da captação de tráfego no que concerne à movimentação de mercadorias, e um potencial moderado ao nível de transporte de passageiros. -----

Ao nível do transporte de mercadorias, considera-se que este projeto potencia a melhoria de ligações consideradas insuficientes de veículos pesados às zonas industriais de Constância, de Vila Nova da Barquinha e de instalações industriais. -----

A principal premissa de realização deste projeto ao nível da dimensão de sustentabilidade financeira assenta no potencial limitado de captação de fontes externas de funding, por via da captação de investimento privado para a sua realização.” -----

4) Tal documento releva, sem qualquer dúvida, a importância estratégica da ponte de Constância / Praia do Ribatejo para o território, e para o concelho, daí a sua priorização de projeto e investimento relevante no setor rodoviário; -----

5) Acontece que, em 3 de dezembro de 2010, entre a EP – Estradas de Portugal, S.A., a Rede Ferroviária Nacional – REFER, a E.P.E., o Município de Constância e o Município de Vila Nova da Barquinha, foi celebrado um protocolo com o objeto de Reabilitação e do Reforço Estrutural da Ponte da Praia sobre o rio Tejo, para reabertura ao trânsito rodoviário, com as seguintes condicionantes: Veículos até 3,5 toneladas, altura máxima 2,10, largura até 2,40



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 8/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10-04-2014

6) Nesse protocolo ficou estipulado que a manutenção da ponte, Cláusula 11.3 seria feita nos seguintes termos: (Responsabilidade pela conservação e manutenção da Ponte) – A exploração, conservação e manutenção da Ponte da Praia sobre o rio Tejo, serão da responsabilidade exclusiva dos Municípios de Constância e de Vila Nova da Barquinha, a partir da data da receção provisória da empreitada objeto do presente Protocolo”. -----

7) De facto estes condicionalismos fazem sentir-se negativamente em várias áreas das quais se destacam as seguintes: -----

- **Economia:** -----

CAIMA – Indústria de Celulose S.A., empresa do Grupo Altri empresa transformadora de madeira em pasta de papel e produção de energia elétrica a partir de biomassa – tem sido seriamente afetada na receção de matéria-prima e visto acrescidos os seus custos como resultado da dilatação de percursos por parte de fornecedores vindos de Norte. Com o investimento previsto com vista à produção de pasta solúvel este problema agravar-se-á pela inexistência de acesso facilitado à A 23; -----

MITSUBISHI – empresa de montagem de veículos está impedida de escoar a produção diretamente à pela A 23; -----

Eco Parque do Relvão – o trajeto de viaturas pesadas com destino ao Ecoparque do Relvão provenientes da A1 é mais curto pela ponte de Constância sendo de salientar que em 2006, o Estudo de Impacte Ambiental para implantação dos Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos (CIRVER's) no Eco Parque do Relvão, aponta como alternativa mais vantajosa e de menor risco a travessia na zona de Constância. - Pequenos industriais e comerciantes sofrem igualmente os custos de longas voltas (por Abrantes ou Chamusca) para transferir bens e serviços entre as duas margens. -----

- **Turismo:** Alguns dos equipamentos implementados com vista à atração turística e com estudos de sustentabilidade na franca circulação entre as duas margens encontram-se subaproveitados, com os consequentes prejuízos económicos e financeiros. -----

- **Defesa:** Os veículos militares do Campo Militar de Santa Margarida, Escola de Tropas Paraquedistas, Escola Prática de Engenharia, Brigada de Reação Rápida, para além de limitações de circulação em ocasiões de exercícios, também o acesso ao serviço de saúde militar situado no campo militar de Santa Margarida é prejudicado. -----

8) Assim, Considerando: -----

- A experiência de que na ponte da Chamusca se verifica o congestionamento do tráfego em virtude de nesta ponte não se conseguir cruzar camiões; -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 8/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10-04-2014

- Que em altura de Cheias a travessia apenas é possível na ponte Salgueiro Maia e de Constância / Praia do Ribatejo; -----
 - Que a ponte Constância/Praia do Ribatejo ainda que aberta a pesados vai continuar a causar estrangulamentos no trânsito, bastando para tal lembrar o passado em que as filas atingiam os 4 Km; -----
 - Que o Instituto de Estradas de Portugal, no ofício de 8 de julho de 2004, dirigido ao Secretário de Estado das Obras Públicas menciona “.... Relativamente à questão da nova travessia, prevê-se que o Estudo de Impacto Ambiental do estudo prévio da Variante à EN 118 Constância Sul – Gavião e ligação ao IP6 (que integra o estudo de uma nova travessia do rio Tejo na zona de Constância) seja entregue em julho, por forma a possibilitar o envio para o Instituto do Ambiente para processo de AIA em setembro do corrente ano; -----
 - Que em dezembro de 2005, é apresentado Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do Estudo Prévio da Variante à EN 118 entre Constância (Sul) e Gavião, que integrava uma travessia do rio Tejo, com duas alternativas a poente e outras duas a nascente de Constância; -----
- A câmara municipal de Constância, no âmbito da discussão pública do relatório sobre Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado, -----
- Concorda com a abertura da Ponte de Constância/Praia do Ribatejo a pesados. Todavia, no atual contexto financeiro das autarquias locais, que fique salvaguardada a posição do Município, máxime, que a conservação e a manutenção da Ponte da Praia do Ribatejo passe a ser encargo da EP – Estradas de Portugal, S.A.; -----
- E -----

Propõe que o referido estudo inclua a necessidade de uma nova travessia sobre o Tejo e que pela centralidade seja construída na zona de Constância.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o parecer. -----

8.5 - ACORDO COLETIVO DE ENTIDADE PÚBLICA EMPREGADORA - (ACEEP)

INFORMAÇÃO: “Fundamentação/Preâmbulo -----

Na sequência da entrada em vigor do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei 59/2008, de 11 de Setembro, foi introduzida a figura da contratação coletiva no âmbito da Administração Pública, determinando o artigo 346.º que o Estado deve promover a contratação coletiva, de modo a que os regimes previstos em acordos coletivos de trabalho sejam aplicáveis ao maior número de trabalhadores e entidades empregadoras públicas e, no que respeita à Administração Local, como forma de regulamentar determinadas matérias das relações de trabalho, nomeadamente as que respeitam à duração e organização do tempo de trabalho. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 8/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10-04-2014

A Lei 68/2013, de 29 de Agosto, que vem impor o aumento do horário de trabalho para 40 horas semanais e 8 diárias, obriga as entidades públicas a uma reorganização decorrente desse aumento, baseada em pressupostos, errados e não provados, de aumento de produtividade, que contrariam o estudo da DGAEP, de 10 de janeiro de 2013, publicado na respetiva página eletrónica, sob o título “O modelo de organização e duração do tempo de trabalho na administração pública”, que conclui exatamente o contrário. -----

Essa reorganização, tendente a aumentar o horário de trabalho, traz encargos e prejuízos previsíveis para o funcionamento dos serviços e também para a organização familiar e pessoal dos trabalhadores, o que colide com diversos preceitos constitucionais, nomeadamente o art.º 59.º da Constituição da República Portuguesa (CRP). -----

Por outro lado, vem o artigo 10.º da Lei 68/2013, de 29 de Agosto, determinar que o horário de trabalho poderá ser reduzido através de Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT) celebrado posteriormente à entrada em vigor da presente Lei, o que foi legitimado pelo próprio Tribunal Constitucional no seu Acórdão n.º 794/2013, de 25 de Outubro. -----

Essa regulamentação, tendente à manutenção das 35 horas semanais e 7 horas diárias praticadas até à entrada em vigor da Lei referenciada, não traz qualquer prejuízo para a prestação de serviços públicos ou para a salvaguarda do interesse público e constituirá o processo mais eficiente e digno para ambas as partes, quer em ordem à preservação dos direitos dos trabalhadores, quer também porque será o que melhor corresponde a uma mais racional gestão dos recursos humanos. -----

Nesse sentido, é celebrado o presente Acordo Coletivo de Entidade Pública, entre o município de Constância e o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o acordo coletivo de entidade pública empregadora – ACEEP. -----

8.6 - PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA E O CONSELHO PORTUGUÊS PARA A PAZ E COOPERAÇÃO -----

INFORMAÇÃO: “Tendo sido a autarquia contactada pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação, associação sem fins lucrativos, a qual foi criada em 1976, e tem vindo a atuar no âmbito da Paz da solidariedade e cooperação entre os povos de forma pacífica. Esta entidade, é uma organização não-governamental, reconhecida pela Organização das Nações Unidas como Mensageiro da Paz. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 8/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10-04-2014

Assim, e considerando a missão deste Conselho, propõe-se assinatura do protocolo que se anexa, tendo como principal objetivo o seguinte: -----

1 – A conceção de uma exposição cujos conteúdos programáticos visam os seguintes objetivos: -----

a) Assinalar o centenário da I Guerra Mundial; -----

b) Assinalar os setenta anos da II Guerra Mundial; -----

c) Comemoração dos 40 anos do 25 de Abril e o fim da Guerra Colonial; -----

Pretende-se que a exposição se desenvolva no Museu Quintas do Tejo, em Montalvo, considerando que esta freguesia foi palco de preparação do corpo expedicionário português;

É ainda objetivo desta cooperação, desenvolver todo um trabalho didático amplo e diverso, tais como visitas das escolas, conferências, publicação de brochura que documente toda a investigação histórica essencial ao desenvolvimento ao processo. -----

Mais se informa que este projeto, pretende ser desenvolvido em parceria com o Município de Vila Nova da Barquinha e a Escola Prática de Engenharia.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o protocolo. -----

8.7 – CENTRO ESCOLAR DE MONTALVO -----

INFORMAÇÃO: “Hoje, dia 9 de abril 2014 foi rececionada a notificação de decisão de aprovação da candidatura Centro Escolar de Montalvo ao Programa Operacional do Centro (documento em anexo), emitida pela respetiva autoridade de gestão. A operação foi aprovada com uma taxa de financiamento de 85% sobre o valor elegível. Assim, neste momento está cumprido o ponto 14.7 do programa de concurso da empreitada, que fazia depender a adjudicação da aprovação do financiamento antes citado, ou seja, estão reunidas todas as condições para se concretizar a adjudicação ao concorrente que ficou em primeiro lugar na ordenação das propostas. -----

Recorda-se que a adjudicação foi já deliberada na reunião de câmara de 7/11/2013, aguardando-se apenas o cumprimento do requisito antes aludido. -----

Deste modo, sugere-se que o serviço de contratação pública desencadeie as necessárias diligências decorrentes da aprovação do financiamento comunitário da operação a fim de ser firmado o contrato.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos da informação prestada. -----

9. PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Não se registou nenhuma intervenção do público. -----

10. APROVAÇÃO EM MINUTA-----



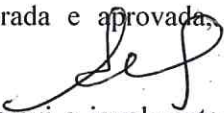
CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 8/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10-04-2014

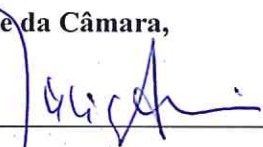
Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta no final da reunião, considerando-se todas as deliberações constantes na mesma, onde não esteja registado expressamente o contrário, aprovadas por unanimidade, por todos os membros presentes. -----

-----11. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

E não havendo mais nada a tratar a Senhora Presidente declarou encerrada a presente reunião, eram dezanove horas e trinta minutos. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade com a minuta previamente elaborada e aprovada, vai ser assinada pela Excelentíssima Senhora Presidente e por mim , Coordenadora Técnica, servindo de Secretária, que redigi, subscrevi e igualmente assino, nos termos do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro. -----

A Presidente da Câmara,



A Coordenadora Técnica,

